



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

PRAxis

ANO IV - Nº 43 - NOV. DEZ. / 2007

IMPRESSO ESPECIAL

CONTRATO

nº 050200645-5 / 2002

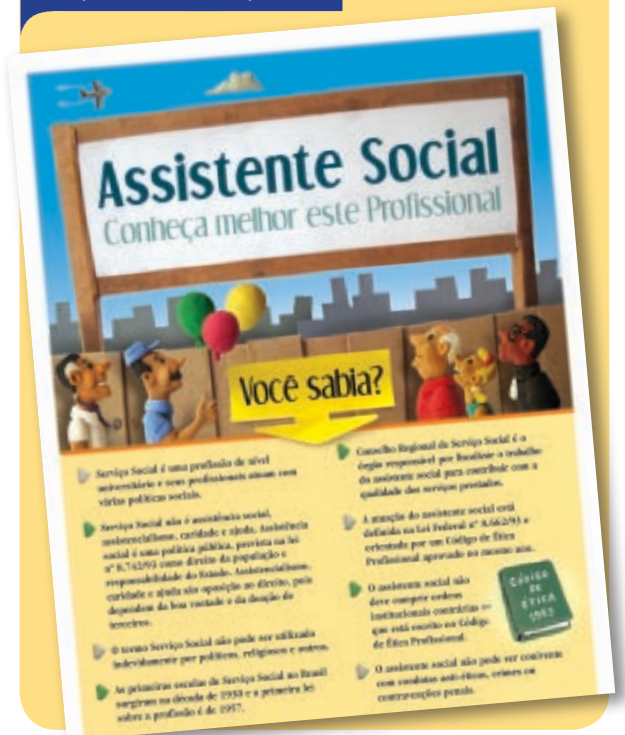
ECT/DR/RJ

CRESS-7ª Região

Conheça a história da organização política dos assistentes sociais

Nesta edição, a professora da UFRJ e atual vice-presidente do Cress/RJ, Marlise Vinagre, conta um pouco da história da organização política dos assistentes sociais a partir da década de 70, incluindo o movimento de democratização dos Conselhos Federal e Regionais, que passaram a exercer uma fiscalização com concepção político-pedagógica. A atual presidente do CFESS, Elisabete Borgianni, também dá um depoimento sobre a organização da categoria. Confira na pág. 3.

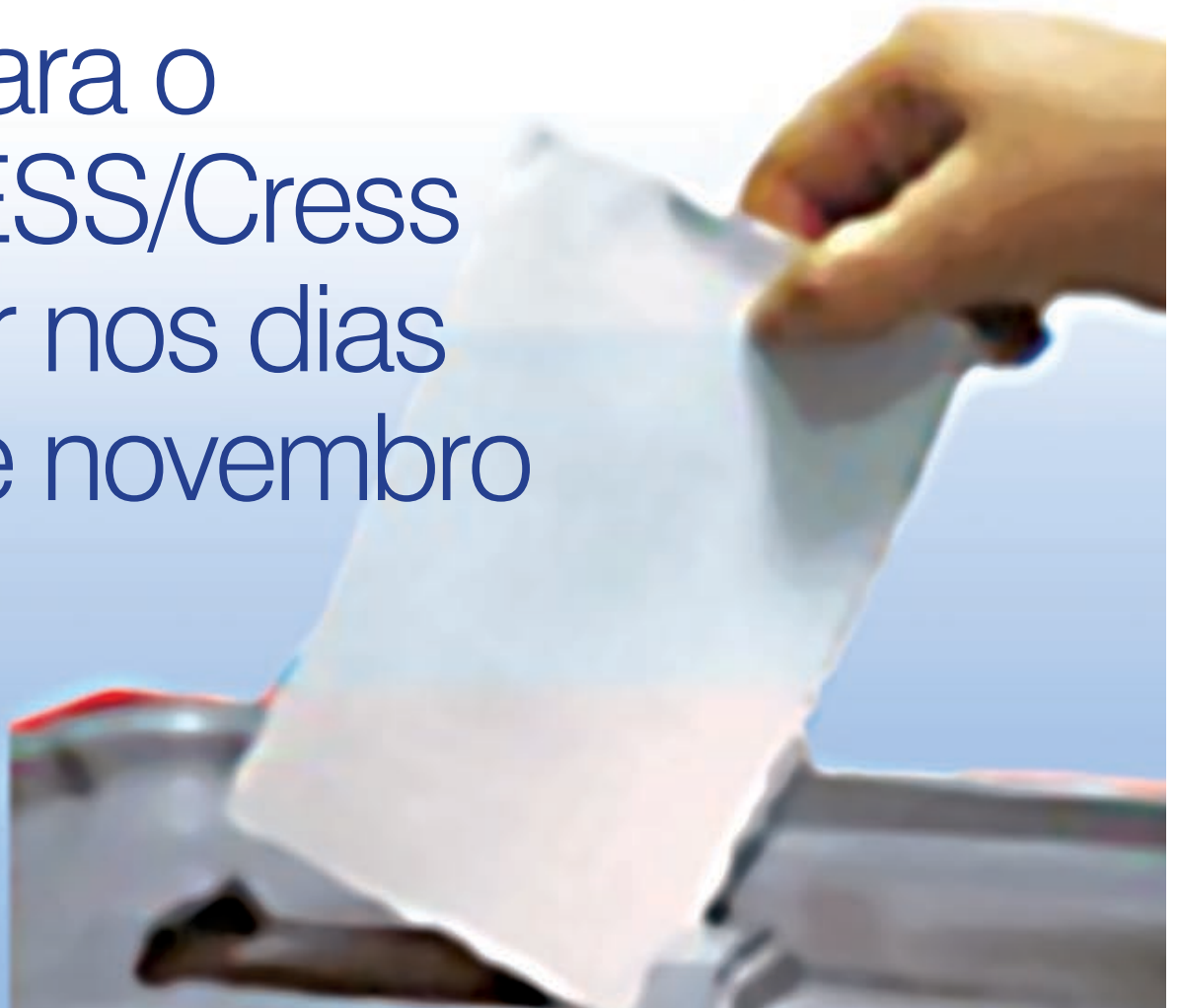
Suplemento Especial



As eleições para o Conjunto CFESS/Cress vão acontecer nos dias 21, 22 e 23 de novembro

Saiba onde votar e conheça as dicas da Comissão Regional Eleitoral para participar do processo que vai eleger as novas direções das entidades de Serviço Social. Pág. 12

Leia as propostas das chapas concorrentes nesta edição.



Editorial

Chega a suas mãos uma edição especial de nosso jornal Práxis. Ele traz as informações necessárias para que os assistentes sociais de nosso Estado se posicionem por meio do voto, crítica e conscientemente, no processo eleitoral do Conjunto CFESS/Cress, que ocorre entre os dias 21 e 23 de novembro de 2007.

Você conhecerá algumas propostas de cada uma das chapas inscritas para este pleito. Cabe destacar que em poucos momentos de nossa história tivemos tanta disposição de condução de nossas entidades: são três chapas para a direção do CRESS-RJ, duas para o CFESS, uma para cada Seccional – Campos e Volta Redonda. Nesta edição você também saberá, em uma entrevista com a Comissão Regional Eleitoral, como votar.

Qualquer eleição significa muito mais do que ir às urnas e cumprir um compromisso individual com a democracia. Elas envolvem diferentes projetos e perspectivas, políticas, éticas e, em nosso caso, também profissionais. Em outras palavras, a categoria decidirá se a direção social adotada nas últimas décadas pelo Serviço Social está adequada à atual conjuntura, se precisa ser alterada, se deve receber reparos em sua condução. É importante, assim, conhecer o que cabe a cada entidade e como, em sua história, este papel vem sendo ou não cumprido.

Para contribuir com estas reflexões, entrevistamos pessoas que participaram e participam do Conjunto CFESS/Cress continuando o debate iniciado na última edição do Práxis, que tratou polêmicas existentes sobre a organização sindical dos assistentes sociais e dos demais trabalhadores.

Nunca é demais lembrar que a radicalidade democrática que defendemos exige de todos nós não só o voto e a garantia do maior quórum possível às eleições, de forma a referendar as direções que vierem a ser eleitas. Nosso acúmulo teórico, ético e político exige que acompanhem as gestões, contribuamos com suas iniciativas, apresentemos nossas críticas, sugestões e disponibilidade de fortalecer nossas entidades, patrimônio histórico de nossas lutas e mobilizações.

Compareça às urnas!

A Diretoria

Nota - A coordenadora da Seccional Campos, Thaís Tavares Bernardo, solicitou o desligamento do cargo para o qual foi eleita.

Informes

Assistentes sociais deliberam sobre gestão do Cress

Os assistentes sociais reunidos em assembléia realizada na sede do Cress/RJ, dia 15 de outubro de 2007, decidiram sobre vários aspectos da gestão do Conselho. A pauta incluiu informações sobre as deliberações do último Encontro Nacional CFESS/Cress (Veja íntegra do documento no site www.cressrj.org.br); a apreciação do relatório de atividades realizadas neste ano e da prestação de contas, bem como o plano de metas e orçamento, com a definição do valor da anuidade para 2008. Todos os pontos de pauta foram integralmente aprovados pela plenária que contou com a presença de representantes de diferentes chapas concorrentes às eleições do Conjunto CFESS/Cress.

Conheça a íntegra do Relatório parcial de atividades desenvolvidas em 2007 e do Plano de Metas para 2008, que foi aprovado pela categoria, no site www.cressrj.org.br

Valores da anuidade para 2008

Integral	R\$ 264,30 (até 10/05)
Até 10/02	com 15% de desconto: R\$ 224,65
Até 10/03	com 10% de desconto: R\$ 237,87
Até 10/04	com 5% de desconto: R\$ 251,08
Parcelamento em 6 vezes, com a primeira parcela em 10/02/2008 – R\$ 44,05	

Reunião

A Comissão Regional Eleitoral, composta pelas assistentes sociais: Daniele Brandt, Elizabeth Oliveira, Rosemary Cardoso, Sara Tavares e Mônica Olivar, realizou uma reunião no dia 22 de outubro de 2007 com os integrantes das diferentes chapas que vão concorrer às próximas eleições do Conjunto CFESS/Cress com o objetivo de prestar esclarecimentos e orientar sobre o processo eleitoral. A reunião contou com a presença do assessor jurídico do Cress/RJ Carlos Fiaux.



Cinema no Cress

O projeto Cinema no Cress está apresentando o ciclo temático "o assistente social no cinema". As sessões acontecem às 18h, no Auditório Hilda Corrêa de Oliveira (sede do Cress). Entrada gratuita. Após a projeção um convidado faz um bate-papo com o público.

Ciclo: O assistente social no cinema

Dezembro - dia 07

Ladybird, ladybird – Sombras de um passado
Direção: Ken Loach (Inglaterra, 1993); **Gênero:** Drama;
Convidada: Mavi Rodrigues

PRAxis

Presidente: Andreia Cristina Alves Pequeno
Vice-Presidente: Marlise Vinagre
1ª Secretária: Renato Veloso
2ª Secretária: Roseli da Fonseca Rocha
1ª Tesoureira: Tânia Elisabete Gonçalves
2ª Tesoureira: Solange da Silva Moreira

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
 - 7ª REGIÃO - Nº 43 - Novembro/dezembro 2007

Conselho Fiscal: Rosely Reis Lorenzato, Orly Lopes Santos e Andrea Gonzaga de Oliveira

Comissão de Comunicação e Cultura: Jefferson Lee de Souza Ruiz, Michelle Moraes, Dianne Arrais, Cristina Braga, Leandro Rocha e Cecília Contente

Norte e Nordeste Fluminense
 Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170
 Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Junia de Souza Elias
Suplentes: Leonardo Marques Pessanha e Marco Antonio Pedro Vieira

Sul Fluminense
 Rua 25 -A, 23 s/802, Vila Santa Cecília
 CEP 27261-050 - Telefax: (24) 3342-6886

Coordenador: Valéria Martins Barbosa
Tesoureira: Carolina G. F. Igreja
Secretária: Luiza Carla Cassemiro
Suplentes: Armanda Pereira da Cruz

Jornalista Responsável: Cecília Contente (MTB/RJ 17.232)
Design gráfico e ilustrações: Carlos D
Impressão: Tipológica - **Tiragem:** 10.000 exemplares
 Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro
 Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144
Telefax: (21) 3147-8787
e-mail: comunicacao@cressrj.org.br

Acesse www.cressrj.org.br

Organização política dos assistentes sociais

Movimento de democratização dos Conselhos Federal e Regional de Serviço Social permitiu uma fiscalização com concepção político-pedagógica

O Serviço Social comemorou 50 anos de regulamentação profissional no Brasil este ano. Logo em seguida foram criados os Conselhos Federal e Regionais dos Assistentes Sociais, os antigos CFAS e CRAS, atualmente denominado Conjunto CFESS/Cress. A mudança de nome também faz parte de uma grande guinada na história do Serviço Social, que tem como um de seus marcos o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Esse evento, conhecido como o Congresso da "Virada", redimensionou o compromisso ético e político da profissão, levando a uma contribuição efetiva da categoria com o processo de abertura democrática no país, com a liberdade e a justiça social. Outros momentos importantes para o Serviço Social foram: a aprovação do currículo mínimo pelo MEC, em 1982; o Novo Código de Ética Profissional, em 1986 e sua reformulação em 1993 e a mudança, em 1993, da Lei de Regulamentação Profissional datada de 1957, que garantiu competências e atribuições privativas do assistente social.

Direção profissional

De acordo com a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e atual vice-presidente do Cress/RJ, Marlise Vinagre, presidente do CFESS na gestão que assinou o Código de Ética vigente, alguns fatores foram decisivos para o direcionamento profissional do Serviço Social. Entre eles, a laicização da profissão e a mudança do próprio perfil da categoria, que passa a ser integrada por pessoas oriundas de setores mais pauperizados e de extratos pardos e negros da população. Ela explica que a partir dos anos 70, os assistentes sociais iniciam um adensamento do seu horizonte analítico-crítico e percebem a importância de sua participação política e cívica, mesmo diante de uma conjuntura política ditatorial. Os profissionais passaram a atuar em partidos políticos e movimentos sociais. Em 1986 engrossaram a campanha "Diretas já!", para eleições diretas em todo o país. Acompanharam, de perto, através de diversas frentes de atuação, o processo de construção da Constituição Federal de 1988. Participaram ativamente das Conferências Nacionais de Saúde, da implementação do SUS (Sistema Único de Saúde) e do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Contribuíram

para a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Marlise acredita que outro passo importante da categoria foi ocupar cargos no poder legislativo e executivo. Segundo Marlise, os avanços estão escritos na história. Mas, em sua opinião, um grande desafio é prosseguir construindo a democratização do país, garantindo a autonomia frente aos governos e a consolidação dos princípios do projeto ético-político da profissão.

Processo crítico-renovador

Marlise Vinagre destaca que na década de 70 houve um processo crítico-renovador no Serviço Social, impulsionado pelo que o professor José Paulo Netto classifica de "intenção de ruptura". Este processo, conta ela, foi posto em curso, seja pelo contato com correntes filosóficas progressistas, seja pelo começo de aproximação com análises teórico-políticas críticas, advindas do pensamento de Marx, ainda que de forma simplista. Esse cenário foi fundamental para uma crítica às bases teóricas e ideológicas da profissão, com repercussões em vários níveis: na organização da categoria, na formação e no exercício profissional. O grande marco foi um movimento de democratização dos conselhos de fiscalização, que deixaram de ter uma atuação meramente cartorial, a partir dos anos 80. O horizonte passou a ser a defesa da qualidade dos serviços prestados aos usuários, bem como da imagem da profissão, exercendo uma fiscalização com uma concepção político-pedagógica, com o objetivo de zelar pelo cumprimento dos princípios do projeto profissional, que foi buscando hegemonia em relação ao conservadorismo e que nos anos 90 passou a ser denominado projeto ético-político do Serviço Social. Três décadas depois do início desse processo de renovação, que contou com a participação da maioria dos profissionais, Marlise avalia que o projeto ético-político emancipatório continua em disputa com diferentes projetos. Mas não hesita em afirmar que o período com essa direção social, já faz parte da história e o seu legado está presente. Alerta, no entanto, que essa mesma direção social requer continuidade das lutas.

Autonomia é a marca do Cress

A presidente do Conselho Regional de Serviço Social (Cress/RJ), Andreia Pequeno, afirma que há, pelo menos 15 anos, o Cress/RJ mantém uma gestão que congrega assistentes sociais de diferentes áreas de atuação profissional e que, ao mesmo tempo, assegura uma direção independente de qualquer partido político ou gestão governamental. Segundo a assistente social, a autonomia é uma marca que vem acompanhando as últimas diretorias eleitas. Por isso, é possível fazer a defesa e o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social, com base nas atribuições que estão previstas na Lei 8.666/93, as quais definem a natureza do Conselho, que não se confunde com movimentos sociais, sindicatos e ONGs.

A principal atribuição é a fiscalização do exercício profissional, que vem se efetivando por meio da Política Nacional de Fiscalização (PNF), que valoriza a perspectiva pedagógica, sem desconsiderar o aspecto punitivo necessário a algumas situações. Mas a presidente enfatiza que o processo de fiscalização não se efetiva exclusivamente através de denúncias, mas também de visitas aos espaços de trabalho da categoria.

Andreia Pequeno ressalta que a direção do Cress tem se pautado na coadunação da gestão financeira com a política. Segundo ela, essa gestão democrática, que norteia a entidade, permitiu muitos avanços. Entre eles: a ampliação da representação do Cress em Conselhos de Direitos e de Política (diretores e assistentes sociais de base), implementação da política de combate à inadimplência, espaços de comissões temáticas e investimento nos instrumentos de comunicação do Conselho para garantir um diálogo maior com a categoria.

Em defesa do pluralismo, mas com uma hegemonia de direção social

A organização política e profissional dos assistentes sociais brasileiros é uma das mais significativas do globo. Na realidade, talvez não haja nem similares, uma vez que aqui conseguimos articular de forma muito profícua e respeitosa os trabalhos da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (Abepss), com a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (Enesso) entidade que representa os estudantes, com o Conjunto CFESS/Cress, responsável pela fiscalização, orientação e disciplina do exercício profissional.

Ao longo dos últimos trinta anos, essa articulação gerou frutos de valor inestimável, como o avançado Código de Ética, que está em vigor, nossa Lei de Regulamentação profissional e as diretrizes curriculares aprovadas pela ABEPSS, após amplo debate que envolveu todas as entidades de Serviço Social e centenas de profissionais no Brasil todo.

Uma das características de nossa organização, que considero da maior importância, é que ela se dá a partir da defesa do pluralismo, mas com hegemonia de uma

determinada direção social e política. Isso quer dizer que é um pluralismo que tem um norte, um determinado projeto societário a iluminá-lo.

Recentemente, pude constatar na Assembléia Geral da Federação Internacional dos assistentes sociais, que aconteceu em Munique, Alemanha, que os 84 países que compõem aquela federação e do qual o Brasil também é membro através do CFESS, que ali se defende também o pluralismo, mas como não fazem o debate sobre a direção social a seguir, todas as posições têm o mesmo peso: seja a da direção do Serviço Social chinês a favor da pena de morte, seja a da Colômbia, da Argentina e do Brasil em defesa da vida e contra qualquer forma de extermínio.

Nossa defesa do pluralismo, com hegemonia de direção social, significa a defesa das formas mais desenvolvidas de relações humanas em nossas sociedades; sempre em busca da liberdade, da justiça social, da abolição de toda e qualquer forma de preconceito ou intolerância.

Trabalhar com essa perspectiva significa estar sempre aberto ao diálogo, à negociação, a ouvir todas as posições contrárias e aprender também com elas. No entanto, sem abrir mão de princípios que nos são tão caros e que estão todos eles lá no nosso Código de Ética.

Qualquer um dos colegas que tenha a grande oportunidade e a honra de um dia ser eleito por sua categoria para dirigir um Conselho Regional de Serviço Social ou Conselho Federal de Serviço Social, verá que nessa direção se dá um grande aprendizado. Costumo dizer que todos que passam por esse lugar, e que têm que desempenhar um trabalho de tanta responsabilidade profissional e cívica, mereceriam um título extra de extensão de graduação.

Elisabete Borgianne - *Presidente do Conselho Federal de Serviço Social*

Chapa 1 - Atitude Crítica

Colega assistente social,

A Chapa 1 ATITUDE CRÍTICA para avançar na luta apresenta a síntese de suas propostas para o CFESS e convida você para conhecer nosso programa completo no blog www.chapaatitudecritica-cfess2008.blogspot.com Participe nesse processo democrático nos envie comentários e sugestões no e-mail chapa.atitude.critica.cfess.2008@gmail.com, "porque a vida é mutirão de todos, por todos remexida e temperada" (Gimaraes Rosa).

Programa

- a construção de uma sociedade radicalmente emancipada e livre de opressões, conforme sinalizam os princípios do projeto ético-político explicitados no Código de Ética Profissional;
- a reafirmação dos nossos marcos de referência: Projeto Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão, Código de Ética, Diretrizes Curriculares da ABEPSS;
- o aprimoramento intelectual do/a assistente social com ênfase na luta pela formação acadêmica qualificada, alicerçada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social; com posição e ação contrária aos cursos de graduação à distância;
- a implementação da Política e do Plano Nacional de Fiscalização (PNF), aprovados no 360 Encontro Nacional CFESS/CRESS (setembro/2007), que reafirmam o caráter preventivo e político da fiscalização, na perspectiva de assegurar as condições adequadas e necessárias ao trabalho profissional, e à qualidade dos serviços prestados à população usuária;

- o fortalecimento do papel social atribuído ao Conjunto CFESS/CRESS pela PNF, que investe nas estratégias de defesa, ampliação e universalização dos direitos e das políticas públicas, da socialização da política, do fortalecimento dos movimentos sociais e da participação em espaços estratégicos de democracia participativa;
- a gestão democrática e responsável dos recursos do orçamento do CFESS, que constitui patrimônio da categoria, com publicização constante e sistemática dos recursos institucionais;
- a articulação com outras profissões e movimentos sociais que se solidarizam com as lutas emancipatórias da classe trabalhadora e defesa da ética e autonomia na Luta por Direitos;
- a realização de campanha nacional em defesa de concurso público para assistentes sociais em todos os espaços sócio-ocupacionais;
- o fortalecimento de ações junto às instituições empregadoras para o cumprimento da Resolução CFESS 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional,



na perspectiva da melhoria das condições de trabalho;

- a luta pela implementação da NOB/RH/SUAS e do Plano de Cargos, Carreiras e Salário (PCCS) ali previsto, como mecanismo estratégico fundamental para garantir direitos trabalhistas;
- a continuidade dos trabalhos do GT constituído por assistentes sociais do INSS, MDS e CFESS, que está estruturando proposta para realização de concurso público para 1.600 assistentes sociais no INSS, o que fortalece sua inserção na política de previdência social;
- a manutenção e fortalecimento das lutas históricas pela inserção e fortalecimento do assistente social como profissional da saúde e integrante da equipe do Programa Saúde da Família; bem como sua inserção como profissional na política de educação;
- a implementação da Política de Comunicação, aprovada no Encontro Nacional CFESS/CRESS em 2006, otimizando a interlocução com a categoria e a sociedade.

Composição da chapa

Presidente: Ivanete Boschetti (DF)

Vice-Presidente: Sâmbara de Paula Ribeiro (CE)

1ª Secretária: Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (SP)

2ª Secretária: Neile d'Oran Pinheiro (AM)

1ª Tesoureira: Rosa Helena Stein (DF)

2ª Tesoureira: Telma Ferraz da Silva (BA)

Conselho Fiscal: Silvana Mara de Moraes dos Santos (RN), Pedro Alves Fernandes (MG), Kátia Regina Madeira (SC).

Suplentes: Edval Bernardino Campos (PA), Rodriane de Oliveira Souza (RJ), Marinete Cordeiro Moreira (RJ), Kênia Augusta Figueiredo (MG), Erivã Garcia Velasco (MT), Marcelo Sitovsky Santos Pereira (PE), Maria Elisa dos Santos Braga (SP), Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS), Marylucia Mesquita (PE).

*Esse material foi reproduzido na íntegra, conforme enviado pela chapa.

Chapa 2 - CFESS Unidade na Luta

A composição da nossa chapa vai além dos títulos, foi construída pela indignação de quem sofre na pele e vê nos olhos dos colegas sentimentos como o medo, humilhação, exploração. Construída com o real desejo de alçar nossa categoria ao patamar que ela realmente deve estar; juntamente aos demais trabalhadores!

Somos trabalhadores com salários baixos, carga horária incompatível, realizando ainda trabalhos assistencialistas, tantas outras situações: os limites institucionais, o modelo econômico, elitização do conhecimento, afunilamento do acesso aos direitos... Situações tão conhecidas de todos nós, como não falar dos lamentos dos cidadãos que perfumam nossas camisas nos dando forças e nos levando à LUZ da INDIGNAÇÃO!

Não nos embriagamos em acreditar e resumir DEMOCRACIA a um momento eleitoral! Construimos a democracia no dia-a-dia e para novos dias! No embate, NA LUTA!

Programa

I – Fortalecer o compromisso com o projeto ético-político no cotidiano profissional, proporcionando maior visibilidade da profissão através dos diversos meios de comunicação;

II – Exercer de forma contundente a fiscalização do exercício profissional com veículos próprios dos CRESS com o logotipo da profissão;

III- Defender o ensino de qualidade e o acesso ao aprimoramento profissional, fortalecendo fóruns regionais, nacional e internacional;

IV - Viabilizar a alteração da Lei 8662/93 no que condiz a graduação inibindo a proliferação dos cursos de graduação a distância;

V- Defender a ética e o respeito aos Direitos Humanos;

VI – Organizar e politizar a luta unificada dos Assistentes Sociais sem incentivar a exclusão de entidades, através de ações com: FENAS, Sindicatos e CRESS, realizando visitas conjuntas aos locais

de trabalho fortalecendo garantias trabalhistas e condições de trabalho dignas;

VII – Proporcionar uma política de comunicação permanente entre os Assistentes Sociais articulada com os demais segmentos da sociedade;

VIII – Incentivar a participação dos Assistentes Sociais nos diversos espaços de controle social e políticas públicas bem como a inclusão dos Assistentes Sociais na equipe mínima do Programa de Saúde da Família (PSF) e, também, garantir que em todas as escolas do Brasil tenham em seu quadro permanente o profissional de Serviço Social;

IX - Descentralizar as ações de trabalho através de uma gestão participativa e democrática;

X- Garantir que as ações do sistema CFESS/CRESS, numa perspectiva propositiva e altamente democrática, venham construir com todas as entidades representativas da categoria e da sociedade civil a UNIDADE NA LUTA!

Composição da chapa

Presidente: Margareth Alves Dallaruvera - RJ

Vice- Presidente: Agostinho Soares Belo- PA

1º Secretário: Marli Martins da Luz Silva- MT

2º Secretário: Lucimar de Souza Well - AM

1º Tesoureiro: Maria Raimunda Sousa Faro- PA

2º Tesoureiro: Maria Aparecida Teixeira Régis- SP

Suplentes:

1 - Silvana Maria Escorsim- Paraná

2 - Rosângela Carvalho Bertoldo- Maranhão

3 - Vanessa Ramos- Roraima

4 - Maria Zenilda- Pernambuco

5 - Bruna Alves - S/P

6 - Lorena Mariá Rodrigues Vieira- MS

7 - Inês Percuch- Caxias do Sul/ RGS

8 - Annelise Scmitz - Santa Catarina

9 - Daphne Braga - RJ

Conselho Fiscal:

1 - Darci Bandeira Rosa- RJ

2 - Cláudia Motta dos Santos Pereira- RJ

3 - Eliacir Pedrosa da Silva- MT

*Esse material foi reproduzido na íntegra, conforme enviado pela chapa.



Assistente Social

Conheça melhor este Profissional



Você sabia?

- ▶ Serviço Social é uma profissão de nível universitário e seus profissionais atuam com várias políticas sociais.
- ▶ Serviço Social não é assistência social,

- ▶ Conselho Regional de Serviço Social é o órgão responsável por fiscalizar o trabalho do assistente social para contribuir com a qualidade dos serviços prestados.

assistencialismo, caridade e ajuda. Assistência social é uma política pública, prevista na lei nº 8.742/93 como direito da população e responsabilidade do Estado. Assistencialismo, caridade e ajuda são oposição ao direito, pois dependem da boa vontade e da doação de terceiros.

O termo Serviço Social não pode ser utilizado indevidamente por políticos, religiosos e outros.

As primeiras escolas de Serviço Social no Brasil surgiram na década de 1930 e a primeira lei sobre a profissão é de 1957.

Para atuar como assistente social é preciso estar inscrito no Conselho Regional de Serviço Social.

O assistente social não é um voluntário e nem alguém bonzinho que ajuda as pessoas, mas é um trabalhador e, como tal, deve receber salário digno pelo seu trabalho.

Ao atuar com vistas a proporcionar acesso a direitos, a ação do assistente social atinge diversos segmentos sociais, não só a população mais pobre.



A atuação do assistente social está definida na Lei Federal nº 8.662/93 e orientada por um Código de Ética Profissional aprovado no mesmo ano.

O assistente social não deve cumprir ordens institucionais contrárias ao que está escrito no Código de Ética Profissional.

O assistente social não pode ser conivente com condutas anti-éticas, crimes ou contravenções penais.

Cada pessoa tem o direito de ser atendida pelo assistente social em um lugar que garanta privacidade, em espaço adequado oferecido pelo empregador e o profissional não deve revelar para terceiros os aspectos sigilosos do atendimento.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

Gestão 2005/2008
Fone: (0xx21) 3147-8787
www.cressrj.org.br
outubro de 2007

Defenda seu direito. Ao ser atendido por um assistente social, solicite o número de sua inscrição no Conselho Regional de Serviço Social. Se ele não lhe apresentar, denuncie ao CRESS-RJ.

CHAPA “LUTAR SEMPRE: COM COMPROMISSO E ÉTICA”

Na atual conjuntura, a sociedade se depara e convive com uma questão crucial: a postura ética. Tão propalada na mídia, principalmente depois de inúmeros escândalos envolvendo partidos, grupos e figuras da política nacional. O debate em torno do tema é algo que passou a tomar conta do cotidiano de todos os brasileiros. Nunca se falou tanto de ética nos últimos dois anos, no entanto, esse debate precisa ganhar contornos mais profundos e ultrapassar os aspectos legais e formais da crítica à corrupção existente nos diversos campos da vida social.

Seguindo essa perspectiva, o discurso neoliberal retira do debate em torno da ética a sua exigência histórica de emancipação dos sujeitos, da conquista/efetivação de direitos e da defesa intransigente de uma sociedade sem dominação de classe, reforçando por outro lado, processos e mecanismos que disseminam o individualismo e as desigualdades sociais.

Na contra-mão desses mecanismos, compreendemos que o debate ético é mais amplo e deve ser inserido no conjunto da sociedade, pois só assim se constituirá como espaço coletivo de discussões e estratégias de enfrentamento às investidas da política neoliberal, ao mesmo tempo em que servirá de mediação entre o projeto ético-político profissional do serviço social e os demais projetos societários verdadeiramente democráticos.

Situar o serviço social nessa mediação é um desafio que requer luta, compromisso e postura

ética para resguardar direitos e conquistas da profissão bem como dos usuários, exigindo da categoria participação/organização política e capacitação profissional constantes para fortalecimento das propostas do projeto ético-político junto à sociedade.

Ciente desse desafio, a chapa “lutar sempre: com compromisso e ética” quer trabalhar para que o serviço social enquanto profissão possa contribuir junto à sociedade através das discussões ídeo-políticas e teórico-metodológicas que realiza, de um debate mais amplo da ética, da articulação com os movimentos sociais e do fortalecimento da relação com outras categorias profissionais que coadunem com o projeto ético-político profissional.

Composição:**Cordenadora:**

Janaina Alves Monteiro

Tesoureira:

Irai Martin Bohrer

Secretária:

Luciana Custódio Soares

Gisele Pereira Luiz

Ana Tereza de Sa Santos Cezario

Lidiane Pereira Braga

**PROPOSTAS:**

- Acompanhar e capacitar continuamente os profissionais que representam o CRESS – Seccional Campos nos Conselhos de Política e de Direito, através de reuniões objetivando o fortalecimento e acompanhamento das ações dos mesmos através da solicitação de relatórios;
- Fomentar as comissões temáticas, com incentivo a participação de profissionais da base e acadêmicos de Serviço Social;
- Dar continuidade ao Boletim Eletrônico Semestral – Especial Seccional Campos, intensificando sua divulgação junto à categoria através da Comissão de Comunicação;
- Incentivar a participação de acadêmicos de Serviço Social nos eventos realizados pelo CRESS;
- Fortalecer a relação do CRESS Seccional Campos com os núcleos existentes [Bom Jesus do Itabapoana, Macaé e São Fidélis, criando as condições necessárias para a efetivação e funcionamento dos mesmos;

- Organizar e ampliar o acervo documental, a biblioteca e a videoteca do CRESS – Seccional Campos;
- Dar continuidade ao Projeto Cinema do CRESS, incentivando a maior participação dos profissionais de Serviço Social;
- Ampliar o trabalho do agente fiscal e efetivar a Comissão de Fiscalização – COFI;
- Ampliar e reformar a sede do CRESS – Seccional Campos, possibilitando melhor atendimento à categoria;
- Fortalecer as relações entre assistentes sociais, demais categorias profissionais e movimentos sociais, que coadunem com o Projeto Ético-Político Profissional;
- Estimular cursos de capacitação para os assistentes sociais, em parceria com o meio acadêmico e demais instituições, que estejam em consonância com os princípios éticos da categoria.
- Dar continuidade do curso “ética em movimento”

CHAPA ÉTICA, DIREITO E COMPROMISSO**Composição:****Coordenadora:**

Greicy Hellen Santana de Assis - CRESS 16186/7º R

Tesoureira:

Carmem Lúcia Brandão - CRESS 7807/7º R

Secretária:

Sabrina Alves de Faria - CRESS 16185/7º R

Suplentes:

Áurea C. S. Dias - CRESS 12918/7º R

Ailton da Silva Carvalho - CRESS 16188/7ºR

Gilvane Mazza Ribeiro - CRESS 16969/7º R

PLATAFORMA:

- Divulgar e zelar pelo cumprimento do Código de Ética Profissional do Assistente Social;
- Levantamento de questões de fiscalização do exercício profissional na área de abrangência da Seccional Sul Fluminense;
- Participação nas reuniões do Conselho Pleno do CRESS/7º, Região no Rio de Janeiro;
- Fomento a participação dos assistentes sociais nos encontros e debates promovidos pelo conjunto CFESS/CRESS;
- Qualificação da participação da Seccional nos conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos da região;
- Reuniões Itinerantes da Seccional pela área de abrangência;
- Articulação com movimentos sociais afinados com o projeto ético político do Serviço Social;
- Manter o boletim informativo da Seccional
- Informar a categoria sobre eventos, seminários, cursos, etc.;
- Qualificar e fomentar as comissões temáticas e regimentais, em especial a de fiscalização e comunicação;
- Promover encontros e eventos culturais direcionados para a categoria;
- Manter articulação com as unidades de ensino da região com o intuito de contribuir e zelar pela qualidade da formação profissional.

*Esse material foi reproduzido na íntegra, conforme enviado pelas chapas das Seccionais.

Chapa 1 – Ética, Autonomia e Luta

Prezada (o) Colega Assistente Social,

Apresentamos nas linhas que seguem uma síntese de nossas propostas para a Gestão 2008/2011. Se você quiser conhecer o programa e a trajetória completa dos componentes da Chapa 1 e acompanhar as atividades da campanha, entre no nosso blog: <http://eticaautonomialuta.blogspot.com>. Aguardamos sua visita!

Um grande abraço da Chapa 1 – Ética, Autonomia e Luta

Programa

A realidade brasileira e do Rio de Janeiro coloca diante de nós e das nossas entidades representativas, desafios contundentes. Convivemos majoritariamente com salas sem condições de sigilo e de registro, móveis antigos, ausência de equipamentos, de manutenção e de material de consumo. As tentativas de redefinição conservadora do trabalho profissional o reduzem ao plantão de emergência e ao monitoramento da terceirização do trabalho realizado junto aos usuários por ONGs e congêneres. Para que então estudar, planejar e desenvolver projetos sócio-educativos e reflexivos? Para nós, a efetivação do projeto profissional requer um Assistente Social que pensa, que cria, que negocia demandas na arena pública, que articula e elabora um projeto de intervenção, que tem atitude investigativa, e cujo produto é o atendimento de necessidades individuais e coletivas e a contribuição para uma consciência crítica. No entanto, nossas condições de trabalho são agravadas pelo redirecionamento das políticas sociais em tempos neoliberais que operam o projeto de gestão da pobreza e de assistencialização das políticas sociais. Agrava-se neste quadro também a criminalização dos pobres, como assistimos nas favelas cariocas, com a invasão por “caveirões” e outros arsenais bélicos, forjando a concepção de que é na pobreza que se produz o crime. Nesse quadro complexo, o MEC permite a formação de um perfil profissional adequado aos critérios minimalistas e seletivos. Vão para o mercado profissionais sem formação crítica, e reproduzidos em massa em cursos que proliferaram nos últimos anos, muitas vezes sem a qualidade necessária. Necessitamos de uma articulação estratégica entre o exercício e a formação profissionais para resistir a estas tendências. Já sabemos que as condições de trabalho estão determinadas historicamente, porque o exercício profissional depende de uma relação de assalariamento, apesar do estatuto profissional pressupor relativa autonomia, pela qual devemos lutar para preservar e exercitar. Contudo somos trabalhadores, sujeitos a processos de intensificação do trabalho e às definições políticas e institucionais dos empregadores. Atuamos num terreno tenso, repleto de contradições entre as projeções profissionais, a identidade política enquanto trabalhadores, as demandas institucionais e as necessidades sociais concretas dos usuários, o que exige dos profissionais qualificação técnica, ética, teórica, política e atitude investigativa, as quais o CRESS pode e deve fortalecer. Pensamos que o CRESS não se resume à sua diretoria: é um espaço aberto, plural e democrático, condição para que cumpra sua função político-profissional. Também estamos convencidas(os)

de que não vamos enfrentar essa realidade sozinhas(os). Cabe ampliar a articulação com os movimentos sociais, sindicatos, conselhos e outros que compartilhem das preocupações e princípios que nos orientam tais como: a democracia política e econômica; a autonomia e o pluralismo; a firmeza contra toda forma de discriminação e a construção de uma nova ordem societária sem dominação de classe, gênero e etnia. Principais propostas:

A- Incrementar a Política Nacional de Fiscalização no Rio de Janeiro

1. Intensificar as estratégias de fiscalização, pressionando, por meio das visitas e de outros instrumentos (a exemplo da Resolução CFESS 493/2006), as instituições públicas e privadas de prestação de serviços, por melhores condições para o exercício profissional; 2. Dinamizar o debate sobre a ética profissional, garantindo a continuidade do Projeto “Ética em Movimento” e publicizar junto à categoria os instrumentos de denúncia e desagravo. 3. Acionar Conselhos de Direitos e de Políticas e o Ministério Público na defesa de melhores condições de trabalho e prestação de serviços à população; 4. Instrumentalizar processos de mobilização e organização de profissionais em alianças com outras categorias e usuários dos serviços, em torno das condições de trabalho; 5. Ampliar a articulação política com outros conselhos profissionais, sindicatos e Parlamento em torno de denúncias específicas.

B - Defender as políticas e os direitos sociais:

1. Fortalecer a Comissão de Seguridade Social do CRESS, levando a posição dos Assistentes Sociais aos espaços de luta e debate, que compartilhem da perspectiva de construção de uma seguridade social pública, com controle social democrático e garantia de financiamento; 2. Marcar a posição do CRESS a respeito das questões relevantes que permeiam o campo das políticas sociais com divulgação inclusive nas conferências, conselhos de políticas e de direitos, e fóruns, a exemplo da nossa posição contrária às fundações estatais de direito privado; 3. Impulsionar o Projeto “Serviço Social e os Conselhos”, tendo em vista incentivar e qualificar a participação da categoria nesses espaços; 4. Fortalecer as comissões temáticas como espaço de participação da categoria para reflexão sobre o exercício profissional e acolher possíveis novas demandas específicas.

C - Lutar contra a violência e a criminalização dos pobres e defender os direitos humanos:

1. Participar dos fóruns de lutas em torno



dos direitos humanos, articulando com os movimentos sociais a resistência ao processo de criminalização dos pobres, a exemplo da posição contrária à redução da maioria penal.

2. Utilizar os instrumentos de comunicação do CRESS para dar visibilidade às situações de violação de direitos e violência no Rio de Janeiro; 3. Assegurar o debate permanente deste eixo na Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos.

D - Resistir à contra-reforma do ensino superior:

1. Desenvolver no Rio de Janeiro o Plano de Lutas pela Qualidade na Formação e no Exercício Profissional, em articulação com a ABEPSS – Regional Leste e a ENESSO, conectada com a fiscalização; 2. Incentivar o Fórum de Supervisores do Rio de Janeiro; 3. Fortalecer a articulação do CRESS com as unidades de ensino na perspectiva do Protocolo de Intenções – documento que formaliza a parceria entre o Conselho e as universidades, sobretudo nas ações de capacitação continuada.

E- Realizar uma comunicação arrojada

1. Dar visibilidade e valorizar a profissão, por meio da Política de Comunicação, em articulação com o conjunto das propostas do CRESS, buscando ocupar espaços de mídia falada e escrita, seja nos grandes meios, seja na mídia alternativa; 2. Dar continuidade ao aperfeiçoamento dos instrumentos de comunicação do CRESS com a categoria, tornando-os cada vez mais interativos: página virtual, Via CRESS, CRESS Opina, Jornal Práxis, e outras peças. 3. Prosseguir com o projeto Cinema no CRESS, com debate & pipoca.

F- Transparência e Democracia na Gestão política - administrativa:

1. Administrar os recursos da entidade com responsabilidade, de forma a cumprir as ações formais e políticas, buscando atender as múltiplas demandas da categoria. 2. Pautar a gestão por princípios democráticos e de transparência, garantindo regularmente a prestação de contas das ações políticas e financeiras.

Composição da chapa

Presidente: Fátima Grave (UFRJ)

Vice-Presidente: Elaine Behring (Uerj)

1ª Tesoureira: Newvone Costa (Seap e Unisuam)

2ª Tesoureira: Alena Contente (Funlar – Smas/PCRJ)

1ª Secretária: Elza Veloso (Fia)

2ª Secretária: Lucia Soares (Unisuam)

1º Suplente: Conceição Robaina (Fiocruz)

2º Suplente: Michelle Moraes (Cras/ Smas/PCRJ)

3º Suplente: Jurema Pereira (Uerj)

4º Suplente: Mônica Vicente (TJ/RJ)

5º Suplente: Georgina de Queiroz (Smas/RJ/ Hospital Municipal Salles Netto)

6º Suplente: Mauricio Caetano (Ministério da Saúde/ Serviço de Atenção Domiciliar)

Conselho Fiscal:

Presidente: Martha Fortuna (Dessaude/ SRH/Uerj e Uniabeu/Campus Belford Roxo)

1ª Vogal: Elizabeth Salvador (Puc-Rio/ Unisuam /laserj)

2ª Vogal: Leopoldina Cardoso (laserj)

1º Suplente: Telma Pilé (Saúde Mental/ PCRJ)

2º Suplente: Lisamar Simões (RPE/ Smas/PCRJ)

3º Suplente: Erika Schreider (Hospital Estadual Getúlio Vargas /Unisuam)

*Esse material foi reproduzido na íntegra, conforme enviado pela chapa.

Chapa 2 - Reconstrução Cress

Por que Reconstruir o CRESS 7ª Região?

Quando pensamos em organizar uma chapa para concorrer à direção do CRESS 7ª Região, consideramos que talvez não lográsssemos êxito em nossa empreitada.

Acreditávamos que nossas críticas no que tange a direção do CRESS nos últimos anos fossem apenas vozes isoladas, e que não retratavam a visão da categoria. Porém, ao longo das discussões com a base, ouvimos diversas observações sobre o imperativo da mudança em nosso Conselho, especialmente, o desejo de ver as entidades da categoria trabalhando em conjunto, respeitando os limites e diferenças de cada uma.

Ganhamos força e motivação para continuar nossa luta que consiste essencialmente em construir um CRESS que tenha a cara da base, que seja acessível e sensível as demandas da categoria. Que não tenha medo de ser popular sem, contudo, precarizar os debates.

O CRESS precisa ser um espaço de orientação e fiscalização, mediante o profundo conhecimento do que tem ocorrido nos campos profissionais. Vivemos hoje no Rio de Janeiro exemplos concretos de desrespeito à categoria, de refilantropização da assistência social e de um retorno ao conservadorismo, aspecto que acreditávamos ser um elemento em superação.

Neste cenário adverso, marcado também pela erosão das utopias, pelas políticas

neoliberais e pelo desemprego estrutural, as entidades da categoria precisam ser espaços de representação e de confiança para o conjunto dos assistentes sociais, independente de suas vinculações partidárias, acadêmicas ou correntes teórico-práticas.

Utilizamos a palavra reconstruir, porque ela oferece a exata noção do que pretendemos. Manter os fundamentos sólidos oriundos do acúmulo de discussão acerca do nosso projeto ético-político profissional, porém reerguer a estrutura com nova roupagem, utilizando estratégias que tornem os princípios do nosso código uma realidade nos diversos espaços profissionais onde assistentes sociais estão inseridos.

Queremos um CRESS comprometido com as classes populares não só no discurso; comprometido com a categoria não só no restrito âmbito de nossas elites acadêmicas; comprometido com as lutas gerais dos trabalhadores e assumindo os desafios éticos postos pela atualidade.

Não queremos mais lamentar o distanciamento entre a categoria profissional e as entidades representativas. Também não queremos entregá-lo nas mãos de pessoas que vêm violando os direitos fundamentais dos assistentes sociais, estabelecidos na Carta Magna e no Código de Ética. Queremos (re) construir!



Composição da chapa

Presidente: Lucilia Carvalho - Mestre em Serviço Social pela UERJ. Assistente Social do HEAS e CEFETEQ. Docente em Serviço Social. Pesquisadora e gestora de projetos sociais.

Vice- Presidente: Rosalina Izento - Assistente Social da 10ª CAS/SMAS. Advogada de Causas Populares. Foi dirigente de Partido Político. Pesquisadora em Políticas Públicas em Havana/Cuba em 1998.

1º Secretário: Rosimar Leal - Atua na Subsecretaria de Proteção Especial da SEMDES/Nova Iguaçu. Especialista em Marketing. Experiência em projetos sociais de ONGs e empresas.

2º Secretário: Jocelene Ignácio - Doutoranda em Serviço Social pela PUC/RJ. Assistente Social da 10ª CAS/SMAS. Coord. Geral do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Antiga Militante JOC.

1º Tesoureiro: Christiane Rodrigues - Atua no Posto de Saúde Urucânia/SIMAS/PCRJ.

2º Tesoureiro: Roberta Khan - Pós-graduanda em Terapia de Família. Assistente Social do Centro de Estudos e de Educação e Saúde em Itaboraí.

Conselho Fiscal:

Francinete Pinto - Esp. em Metodologia de Serviço Social pela UFF e Assistente Social da SMAS.

Alba Lúcia Xavier - Esp. em Serv. Social

de Família pela UCAM. Assistente Social da SMAS. Atua na Valorização do Servidor/Perícia Médica.

Jane Carvalho - Assistente Social da SMAS/RJ. Ex-coordenadora de projeto da INMED Brasil.

Suplentes:

Regina da Cruz - Mestre em Serviço Social PUC/RJ. Supervisora de estágio em Serviço Social no IEDS (Curupaiti). Tatiana Lima - Assistente Social da SMAS. Graduada em Direito pela UCAM.

Celeste Maciel - Experiência como Assistente Social da FIA.

Tercina Cerqueira - Assistente Social da SMAS. Atua na Valorização do Servidor/Perícia Médica.

Vilma Belfort - Pós-graduanda pela ENSP. Atua na Perícia Médica/PCRJ. Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

Lucia Sessa - Esp. em Violência Doméstica pela PUC/RJ. Assistente Social do PAM 13 de Maio.

Jupiara dos Santos - Esp. Pela ENSP. Coord. do Programa de Saúde Mental de Seropédica e Assistente Social do HEPII.

Tatiane Domingos - Assistente Social do CRAS/SEMDES - N. Iguaçu.

Ana Paula Bento - Assistente Social do CRAS/SEMDES - N. Iguaçu.

Programa

1 - Lutar pela real efetivação do projeto ético-político profissional nos espaços de atuação da categoria;

2 - Fortalecer a política de aproximação com as diversas entidades representativas da categoria, demais organizações populares e movimentos sociais, afinados com o projeto ético-político da profissão;

3 - Atuar em parceria com o Sindicato dos Assistentes Sociais visando otimizar a fiscalização do exercício profissional e a luta por melhores condições de trabalho, respeitando as competências de ambas entidades representativas;

4 - Manter política de unidade e aproximação com o conjunto CFESS/CRESS, porém valorizando as especificidades, demandas e propostas do CRESS 7ª Região;

5 - Realizar visitas e/ou contatos periódicos com os locais de trabalho;

6 - Descentralizar o Conselho a partir da ampliação dos Núcleos Seccionais;

7 - Propor a redução do valor da anuidade, na impossibilidade, estender o prazo para pagamento parcelado;

8 - Ampliar as discussões das Comissões Temáticas;

9 - Promover atividades acadêmicas e culturais sem custo para a categoria;

10 - Fomentar a capacitação em serviço, mediante estratégias que sejam acessíveis à categoria;

11 - Defender o exercício profissional em todas as políticas sociais;

12 - Realizar em parceria com o Sindicato reuniões periódicas com a categoria por áreas programáticas, municípios e/ou regiões, garantindo a política de aproximação com a base;

13 - Oferecer apoio ao Sindicato dos Assistentes Sociais e demais Sindicatos, visando fortalecer as lutas mais gerais do conjunto de trabalhadores e as lutas específicas da profissão (Piso salarial nacional, carga horária e PCC com força de lei);

14 - Manter estreita relação com todas as Universidades seja no âmbito público ou privado;

15 - Abrir canal de discussão com entidades de outras categorias encarregadas em orientar e fiscalizar o exercício profissional, com vistas a intercambiar experiências;

16 - Promover semestralmente em conjunto com o Sindicato evento de recepção aos assistentes sociais recém-formados, com vistas a socializar as atribuições e competências de cada organização;

17 - Distribuir gratuitamente o Código de Ética profissional para os recém-formados;

18 - Desenvolver estratégias de publicização da profissão junto a órgãos oficiais de imprensa;

19 - Adquirir um veículo com o logotipo do CRESS 7ª Região para realização das visitas aos locais de trabalho.

Visite nosso blog: <http://cresschapa2.blogspot.com>

*Esse material foi reproduzido na íntegra, conforme enviado pela chapa.

Chapa 3 - A Hora da Virada: O Cress de Portas Abertas

Somos um grupo de trabalhadores que se identifica com a luta em prol dos setores excluídos econômica e socialmente e que reafirma o compromisso maior da defesa intransigente dos direitos humanos e da recusa do arbítrio e do autoritarismo. Por isso, formamos uma chapa de assistentes sociais que se pauta sob dois princípios: o pluralismo democrático e a liberdade ideológica.

No primeiro caso, ressaltamos a necessidade urgente de reconhecer as diversas correntes de movimentos civis e políticos de defesa da democracia, concebida não apenas no período eleitoral, mas sim como um território fértil de possibilidades de manifestações que traduzem sentimentos e representações sociais diversificadas.

A superação do clientelismo é uma luta diária de vigilância permanente, não restrita ao Serviço Social, ainda que historicamente seja associado pelas ações funcionalistas que fundamentaram um período da nossa trajetória profissional.

O pluralismo democrático se opõe ao centralismo democrático que toma para si a tarefa de ser o único porta-voz de uma categoria, censurando seus opositos sob a pseudo-informação de desqualificados política e profissionalmente.

A manifestação autoritária muitas vezes se traduz pelo verniz de uma intelectualidade polarizada entre aqueles que concordam ou

discordam das suas opiniões reflexivas.

Não nos intitulamos os donos da verdade, pois essa seria uma incoerência face a tudo que acreditamos, mas queremos o debate amplo, transparente e ético; onde haja respeito político e profissional.

Enfim, a partir desta linha de raciocínio concluímos que a liberdade ideológica é um dos pilares da sustentação da democracia. Aliás, a verdadeira democracia, que não é burguesa e nem tão pouco ditatorial, muitas vezes vem embalada sob jargões de vanguarda, que repetem a velha fórmula de dominação e elitismo; sobretudo quando está calcada na idéia de que o trabalho manual é menos importante que o intelectual, onde tomam os trabalhadores das ações de campo menos capazes do que aqueles que ocupam funções de planejamento e do mundo acadêmico.

Esta polarização precisa mudar e por isso estamos na hora da virada, em pleno ápice da nossa maturidade profissional e em pleno gozo da expressão das nossas idéias políticas, de modo responsável e consciente. Queremos discutir as demandas e o cotidiano das intervenções junto aos profissionais.

Há muito a ser feito, mas já temos uma estrada que precisa ser revista para enfrentarmos desafios ainda não superados. Se faz necessário um grande diagnóstico das condições de trabalho e salário dos assistentes sociais e precisamos consolidar



Composição da chapa

Presidente:

Marlise Ferreira de Souza (Assistência Social)

Vice-Presidente:

Renata Costa Torres (Assistência Social e Saúde)

1ª Secretária:

Josileide de Oliveira Militão (Assistência Social)

2ª Secretária:

Noemi Mattos Machado (Assistência Social e Saúde)

1º Tesoureiro:

Rita de Cássia Coelho (Assistência Social)

2º Tesoureiro:

Maria das Graças Vitorino Barbosa (Assistência Social)

Conselho Fiscal:

Álida Aparecida Pereira de Lucena, Elisabete Pinto da Mouta (Assistência Social e Saúde) e Héli da Meneses de Oliveira (Assistência Social)

Suplentes:

Sindely Chahim de Avellar Alchorne (Saúde, Assistência e Docência); Maria da Glória Oliveira Golvin (Assistência Social); Leandro Teixeira de Assis (Assistência Social); Patrícia Swinerd Soeiro (Assistência Social); Tânia Regina da Silva (Saúde); Marcio Eduardo Brotto (Assistência Social, Saúde e Terceiro Setor); Maurizete da Silva Arruda (Assistência Social e Saúde); Cristiane da Silva Santana (Assistência Social); Quésia Bethânia Maria de Almeida dos Santos (Assistência Social)

fóruns regionais sobre o mundo do trabalho envolvendo gestores municipais e do Estado e os representantes dos segmentos dos trabalhadores nos Conselhos de Assistência Social e Saúde, além das universidades.

O poeta disse: "O tempo não pára", por isso, temos que reagir e acompanhar organicamente os movimentos sociais e políticos, sem hesitação e preconceito de conhecer o diverso.

Vamos escancarar as portas do CRESS e você é nosso companheiro.

Programa

ORGANIZAÇÃO, VISIBILIDADE, FORTALECIMENTO E FISCALIZAÇÃO

- Acreditamos ser prioritário discutir o cotidiano da ação profissional não só em grandes eventos, mas estimular o debate em círculos de assistentes sociais nos seus locais de trabalho e/ou em espaços consorciados; aproximando os colegas dos municípios que estão com as mesmas demandas e que buscam o fortalecimento de suas identidades e respeito institucional;

- Discutir junto às Universidades e Órgãos de pesquisa a situação da formação acadêmica, avaliando a qualidade dos cursos e o impacto dos mesmos no processo de crescimento dos assistentes sociais, incluindo os cursos de especialização e pós-graduação como e incluindo nesse debate o curso à distância;

- Promover a divulgação da profissão em suas diversas funções, através de uma política positiva da identidade do Serviço Social;

- Promover cursos descentralizados, com mais alcance e acessibilidade aos assistentes sociais através de temas de interesse geral da categoria, mas também aos assuntos específicos vivenciados pelos mesmos no seu dia-a-dia de trabalho;

- Implementar a Política Nacional de Fiscalização, garantindo a qualificação continuada dos Agentes Fiscais e comissões de Orientação e Fiscalização (Sede e Delegacias).

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

- Transparência na apresentação da Prestação de Contas junto à categoria, através de reuniões abertas e Assembléias;

- Gestão colegiada com a participação efetiva dos diretores acompanhando o desenvolvimento das ações internas e externas do CRESS e a valorização dos funcionários desta Entidade, promovendo reuniões periódicas, afinando o canal de diálogo com os recursos humanos existentes;

- Consolidar uma linha de ação com Planejamento Estratégico, avaliando o saldo positivo e os entraves para serem superados na gestão administrativa e financeira do CRESS.

COMUNICAÇÃO, VISIBILIDADE E DIVULGAÇÃO

- Intensificar o intercâmbio entre o CRESS, delegacias Seccionais e CFESS garantindo a divulgação das propostas junto à categoria, fortalecendo a interlocução com a sociedade e promovendo maior inserção junto à mídia;

- Fomentar junto às universidades e nos encontros da categoria e dos estudantes, ações que fortaleçam a identidade do Serviço Social;

- Garantir a expansão dos trabalhos da comissão de divulgação, através do jornal práxis, via CRESS e os canais de interação on-line do Conselho;

DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

- Combater a todas as formas de exploração humana e a violação dos direitos sociais, políticos e civis;

- Fortalecer a atuação do CRESS e dos assistentes sociais nos Fóruns e Conselhos de defesa das políticas públicas e dos direitos;

- Oferecer curso de capacitação para assistentes sociais de diversos campos de atuação;

- Promover um amplo debate sobre a formação do assistente social e a política nacional de educação que legitima os cursos à distância sem discutir com a categoria e os seus órgãos de representação e pesquisa, o impacto social no mundo do trabalho; e

- Defesa do Estado ético e democrático de direito.

CONTAMOS COM O SEU APOIO!
VOTE CHAPA 3

*Esse material foi reproduzido na íntegra, conforme enviado pela chapa.

Eleições do Conjunto CFESS/Cress

Assistentes sociais de todo o Brasil estão convocados a participar das próximas eleições do Conjunto CFESS/Cress, que acontecem nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2007, das 9h às 19h. Também é preciso destacar que esse é um momento de exercício democrático, em que a categoria tem a oportunidade de eleger seus representantes e fortalecer as entidades para enfrentar os desafios da conjuntura política.

O sistema eleitoral que rege o Conjunto CFESS/Cress é misto, conforme os artigos 19 e 20 do Capítulo 3 do Código Eleitoral. Há votos por correspondência e votos presenciais nas urnas instaladas (veja box) em locais definidos pela Comissão Regional Eleitoral, eleita em assembleia realizada no dia 15 de agosto na sede do Cress/RJ. Conforme o Código Eleitoral, o que determina o voto presencial é o local de trabalho, que consta nos registros do Cress. Para votar é necessário apresentar um documento original com foto. Não será permitida campanha dentro das seções eleitorais. Vale ressaltar que nos dias das eleições haverá um plantão no Cress/RJ para esclarecer as possíveis dúvidas sobre os locais de votação. Ligue: 3147-8771, 3147-8772 e 3147-8752.

Dos 93 municípios do Estado do Rio de Janeiro, cinco terão urnas: Campos dos Goytacazes, Volta Redonda, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e o Rio de Janeiro. Para quem não vota presencialmente, será remetido o voto por correspondência. A Comissão Regional Eleitoral orienta que os votos por correspondência devem ser postados para o Cress/RJ com a maior antecedência possível, pois só terão validade os votos que chegarem até a abertura da primeira urna a ser apurada (veja box com parte do Código Eleitoral). As integrantes da Comissão alertam que é preciso estar atento aos prazos de entrega dos correios.

A eleição do Conjunto CFESS/Cress acontecerá em três instâncias: para as Seccionais, para a sede do Conselho Regional de Serviço Social e para o Conselho Federal de Serviço Social. É importante observar os debates e os programas das chapas, a fim de garantir o projeto ético-político construído coletivamente pela categoria e fortalecer as entidades para enfrentar os desafios da conjuntura política.

Seu voto é importante para garantir o quórum das eleições e decidir as próximas gestões.

Quem pode votar

Para ter direito ao voto, o assistente social deverá pagar suas anuidades até 2006 ou estar rigorosamente em dia com suas parcelas de débitos anteriores, incluindo o ano passado. A quantidade de profissionais aptos a votar é verificada no prazo de 30 dias antes das eleições.

A Comissão Regional Eleitoral informa que os assistentes sociais inscritos no Cress/RJ, mas domiciliados em outros estados, terão direito a voto, desde que estejam em dia com as anuidades do Conselho e que tenham atualizado seu cadastro junto à entidade. Esses profissionais receberão as cédulas no endereço de sua residência.



A Comissão Regional Eleitoral, composta pelas assistentes sociais Daniele Brandt, Elizabeth Oliveira, Rosemary Cardoso, Sara Tavares e Mônica Olivar foi eleita em assembleia realizada na sede do Cress no dia 15 de agosto.

Seção VII - Do Voto por Correspondência

Art. 65. O material necessário ao exercício do voto por correspondência, por via postal registrada, seja no sistema por correspondência ou misto, será remetido pelo CRESS, aos assistentes sociais que votem por essa modalidade, até 20 (vinte) dias de antecedência da data de eleição.

§ 1º. Serão computados, também, os votos que forem recolhidos na empresa de correios e telégrafos, ou em suas franquias, pela Comissão Regional Eleitoral, desde que tais votos cheguem ao local da apuração até o seu início.



Saiba onde você vai votar, com base em seu endereço de trabalho cadastrado no Cress:

1 – Sede do CRESS

Rua México nº 41 sala 1203 - Centro

Acarí	Coelho Neto	Guadalupe	Paqueta
Anchieta	Colégio	Honório Gurgel	Parada de Lucas
Bairro de Fatima	Cosme Velho	Ilha do Governador	Pavuna
Barros Filho	Costa Barros	Vigário Geral	Praça Mauá
Bento Ribeiro	Deodoro	Irajá	Ricardo de Albuquerque
Catete	Gamboa	Laranjeiras	Rocha Miranda
Centro	Glória	Magalhães Bastos	Santa Teresa

2 – Faculdade Nacional de Direito (UFRJ)

Rua Moncorvo Filho, nº 8 - Centro

Benfica	Catumbi	Manguinhos	Vila Kosmos
Bonsucesso	Cavalcante	Olaria	Santo Cristo
Brás de Pina	Cidade Nova	Penha	Saúde
Cajú	Cordovil	Penha Circular	Vila Militar
Campinho	Estácio	Vicente de Carvalho	Vista Alegre
Cascadura	Higienópolis	Vila da Penha	Vigário Geral

3 – UFRJ – Escola de Serviço Social

Av. Pasteur, s/nº - Praia Vermelha

Barra da Tijuca	Ipanema	Leme
Botafogo	Itanhangá	Recreio
Copacabana	Jardim Botânico	Rocinha
Flamengo	Joá	São Conrado
Gávea	Lagoa	Urca
Humaitá	Leblon	Vidigal

4 – UERJ – Escola de Serviço Social

Rua São Francisco Xavier, 524/ 8º andar – Maracanã

Alto da Boa Vista	Riachuelo	Encantado	Inhaúma
Tijuca	Rio Comprido	Maria da Graça	Engenho s Rainha
Andaraí	Praça da Bandeira	Piedade	Engenho de Dentro
Grajáú	São Cristóvão	Pilares	Abolição
Vila Isabel	São Francisco Xavier	Quintino	Triagem
Engenho Novo	Maracanã	Todos os Santos	Praça da Bandeira
Mangueira	Meier	Água Santa	
Rocha	Cachambi	Lins	
Sampaio	Del Castilho	Jacaré	

5 – UNISUAM – Escola de Serviço Social

Rua Campo Grande, nº 1508 – Campo Grande

Augusto Vasconcelos	Grumari	Realengo
Guaratiba	Ilha de Guaratiba	Santa Cruz
Jabour	Inhoaíba	Santíssimo
Bangu	Paciência	Senador Camará
Campo Grande	Padre Miguel	Sepetiba
Cosmos	Pedra de Guaratiba	

6 – UNIGRANRIO – Escola de Serviço Social

Rua Professor José de Sousa Herdy, 1160 - Bairro 25 de Agosto - Duque de Caxias, RJ

Caxias
São João de Meriti

7 – Prefeitura de Nova Iguaçu – auditório do SEMDES

Rua Teresinha Pinto, nº 297 – Centro – Nova Iguaçu

Nova Iguaçu
Mesquita
Nilópolis

8 – CRAS Gonzaguinha – Jacarepaguá

Praça Barão da Taquara, nº 9 - Praça Seca

Barra da Tijuca	Praça Seca	Vila Valqueire
Recreio	Tanque	Cavalcante
Jacarepaguá	Taquara	Madureira
Mallet	Vargem Pequena	Cascadura
Anil	Grande Vargem	Campinho
Curicica	Itanhangá	Vaz Lobo
Freguesia	Joá	Vargem Grande
Gardência Azul	Sulacap	Vargem Pequena
Pechincha	Oswaldo Cruz	

9 – Delegacia Seccional do Sul Fluminense – Município de Volta Redonda

Rua 25 – A, nº 23, sala 702, Edifício CBS – Vila Santa Cecília

10 - Delegacia Seccional do Norte Fluminense

Município de Campos dos Goytacazes
Rua 21 de Abril, 272/311 - Centro